

O TUTELAMENTO SOCIOPOLÍTICO NAS CARTILHAS INSTITUCIONAIS: RELAÇÕES DE PODER E ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS¹²²

Maria Eduarda Gama ALMEIDA¹²³

Daniel Martins de BRITO¹²⁴

RESUMO: Este trabalho objetiva apresentar o gênero cartilha *institucional* e o papel que desempenha na sociedade. Consideraremos aqui, no âmbito sociohistórico, como as relações de poder cunhadas pelas cartilhas *institucionais* funcionam como mecanismo de tutelamento e, no espectro linguístico, como as cartilhas valem-se de certas estratégias discursivas tanto para manter a função de tutelamento no corpo social quanto para formar o sentido do texto propriamente dito.

PALAVRAS-CHAVE: cartilha *institucional*, elementos linguísticos, estratégias discursivas, relações de poder.

1. Introdução

A cartilha *institucional* mostra-se, hoje, como um dos gêneros informativos mais utilizados pelo governo para se dirigir à população. Todavia, apresenta-se também como um gênero relativamente pouco estudado e, portanto, com uma gama de materiais insuficiente para conceituá-lo, explicá-lo e contextualizá-lo.

A partir dessa situação, o presente trabalho objetiva apresentar, de forma sintética, o gênero cartilha *institucional* e o papel que ele desempenha na sociedade. Neste artigo, vamos partir da abordagem crítica da Análise do Discurso para explorar o gênero. Por esse motivo, adotaremos algumas contribuições de Fairclough (1989, 2001, 2003), autor representativo da Análise Crítica do Discurso. Além disso, vamos seguir o referencial teórico formulado por Mozdzenski (2006),

¹²²Este trabalho apresenta resultados parciais do projeto de Iniciação Científica “Cartilha institucional: definição do gênero e de seu papel na regulação de práticas sociais”, o qual foi coordenado pelo Prof. Dr. Gustavo Ximenes Cunha (UFMG).

¹²³ Maria Eduarda Gama Almeida é graduanda em Letras - Licenciatura em Língua Portuguesa, na Universidade Federal de Minas Gerais. Está na segunda pesquisa de Iniciação Científica, no campo da Análise do Discurso, que tem como objeto de estudo as estratégias discursivas.

¹²⁴ Daniel Martins de Brito é graduando em Letras- Licenciatura em Língua Portuguesa, na Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisador do Grupo de Estudos sobre a Articulação do Discurso (GEAD/UFMG).

autor que promoveu um estudo bastante aprofundado sobre cartilhas.

Primeiramente, apresentaremos um breve panorama sociohistórico do gênero cartilha, desde seu surgimento no século XVI, à sua difusão na Era Vargas até chegar à configuração estabelecida nos dias atuais, apresentaremos as relações de poder presentes nesse gênero e como elas contribuem para a formação do sentido no texto. Em seguida, faremos uma listagem das principais estratégias discursivas utilizadas no gênero. Assim, poderemos chegar a um entendimento acerca de como a cartilha *institucional* desempenha a sua função na sociedade. Além disso, será feita também uma breve apresentação sobre as agências reguladoras do Estado, que fazem parte das instituições públicas que utilizam esse gênero no Brasil. Essa apresentação é importante para conhecermos as funções que tais órgãos exercem no espectro político brasileiro. Dessa forma, é possível entender e descrever o que a cartilha *institucional* representa para seu público-alvo.

Após esse panorama geral, duas cartilhas, uma produzida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e outra pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), serão empiricamente observadas, sob a ótica de quatro estratégias linguístico-textuais das quais o gênero se vale.

2. O gênero cartilha

As cartilhas surgiram no século XVI e, de acordo com Mozdzenski (2006, p.16), são produtos da ação catequética dos missionários da época que buscavam a conciliação entre ensino e atividade literária, de natureza medievalizante e contra reformista, a fim de criar um único texto que contivesse todas as informações que eles desejavam propagar. Essas cartilhas operavam como um forte instrumento de tutelamento religioso das etnias “ímpias” através de textos de cunho estritamente normativo.

As cartilhas da atualidade mantêm seu caráter impositivo, e um tanto quanto autoritário. Aprimorando suas técnicas de convenci-

mento, contribuem ainda para a manutenção de uma sociedade excludente e hierarquizada, como afirma Mendes:

O gênero cartilha carrega consigo modelos de argumentação e técnicas de persuasão engendradas durante a construção da sociedade moderna e que estão intimamente ligados aos processos civilizatórios e disciplinadores. (MENDES, 2015, p. 19).

Segundo o autor, as cartilhas se valem de inúmeras técnicas de persuasão, que vão desde estratégias didáticas até publicitárias. As características de convencimento usadas nesse gênero são diversas e, usualmente, bastante sutis. Dentre elas, podem-se citar: (i) manipulação conjunta de textos verbais e não verbais, para que a cartilha se mostre acessível a todos; (ii) tradução da terminologia legislativa a fim de orientar os cidadãos acerca de seus direitos e deveres; (iii) visão do autor da cartilha como um conselheiro que, obviamente, tem um tipo de legitimidade sobre o assunto e, por isso, possui legalidade para assinalar o que um sujeito deve ou não deve fazer e (iv) propagação de ideias de forma simplificada e repetitiva para despertar a atenção do leitor, ser entendida e memorizada.

De acordo com Swales (1990), o gênero cartilha possui certas configurações típicas: (i) possui o objetivo de instruir, ensinar e explicar àqueles que se interessam por práticas sociais desconhecidas ou até mesmo inacessíveis; (ii) é um instrumento sociopolítico, porque procura descrever e informar certas questões aos indivíduos, como meio de torná-los cidadãos conscientes de suas ações e das ações dos outros; (iii) possui função tutorial, pois instrui o indivíduo e ordena como ele deve se portar diante de determinadas situações e (iv) desempenha seu papel ao ordenar e recomendar, por meio de orientações assertivas, isto é, orientações precisas e reguladoras.

Considerando essas características e os estudos de Mozdzenski (2006), Swales (1990) e Gomes (2003), chegamos à conclusão de que a cartilha possui três modalidades básicas que podem dar origem a outras. As modalidades são:

- (i) cartilha *educativa*, que instrui e explica assuntos de

interesses dos indivíduos, mas que são desconhecidos por eles;

(ii) cartilha *jurídica*, que doutrina comportamentos, ordenando modos de agir, por meio de discursos baseados em lei. Tudo isso, é claro, em uma linguagem mais cotidiana, para fazer com que os leitores possam compreender as leis e as implicações do não cumprimento delas e assim, manter a estabilidade social;

(iii) cartilha *religiosa*, que desde a época do período colonial brasileiro, é utilizada para impor verdades religiosas aos indivíduos a fim de fazê-los seguir determinadas práticas religiosas.

Como já dito, nesta pesquisa, buscamos compreender o gênero cartilha *institucional*. E, por meio das leituras dos autores supracitados, podemos dizer que a cartilha *institucional* é o resultado da incorporação de aspectos da cartilha *educativa* – uma vez que a cartilha *institucional* serve, na maioria das vezes, para orientar o leitor e fazer recomendações – e da cartilha *jurídica* – já que, em alguns casos, a instituição ou agência que produz a cartilha *institucional* utiliza fragmentos de leis para embasar argumentos ou tornar o discurso jurídico mais simples à população. Além disso, entende-se que a cartilha *institucional* é assim denominada devido ao seu contexto de criação, que envolve instituições públicas ou privadas. Por esse motivo, consideramos relevante tratar, ainda que de forma sucinta, do papel que o gênero cartilha exerce na constituição de relações de poder entre as instâncias que dialogam por meio desse gênero.

3. Linguagem e poder no gênero cartilha

Após compreendermos as vertentes do gênero cartilha, sua configuração prototípica e as principais estratégias persuasivas das quais o gênero se vale, faz-se necessário entender as relações de poder que se encontram à cercania das cartilhas. Já que elas constituem-se em um gênero proferido para a população, carregam consigo relações de

poder que se manifestam na interação social entre os sujeitos do discurso. No caso da cartilha *institucional*, tais sujeitos se apresentam como: (i) o autor, ou seja, quem profere o discurso – a instituição – e (ii) o leitor, ou seja, a quem o discurso proferido na cartilha se destina – a população.

Fairclough (1989) caracteriza tais relações de poder como “luta social no discurso”, pois acredita que o poder é obtido e mantido nas lutas sociais, visto que elas têm sua locação dentro da prática discursiva. Para Fairclough (2001, p. 28), o discurso “é mais que apenas uso da linguagem: é uso da linguagem, seja falada, seja escrita, vista como um tipo de prática social”. Por ser o discurso mais do que sua materialidade linguística, ele não constitui um simples instrumento de comunicação. Irigaray et. al. (2016) concebe a ideia de que a produção discursiva constitui

uma prática social, e, por isso mesmo, as estruturas do discurso e as estruturas sociais mantêm relações complexas de influência. Afinal, para entender a sociedade, é preciso entender o discurso que nela se produz e circula; para entender o discurso, é preciso entender a sociedade que o constitui. (IRIGARAY et. al, 2016, p. 922).

Entendido enquanto prática social, um discurso autoritário como uma cartilha pode contribuir para a reprodução das estruturas dominantes em dado corpo social, uma vez que seu autor não só propaga dada opinião ou juízo de valor como o único correto e aceitável, mas se apresenta como uma figura confiável e principalmente que detém toda a informação necessária sobre o assunto a que se refere, contribuindo, assim, para fazer com que o leitor acredite que deve seguir a instrução dada pela cartilha sem ao menos se perguntar se ela é, de fato, legítima.

Essa relação de poder entre autor e leitor é melhor explicada pelo fenômeno linguístico intitulado “assimetria discursiva”. Ao se valer da proposta de Fairclough (2001), Mozdenski (2006) diz que “o discurso, enquanto palco para embates político-ideológicos, molda e constrói as relações sociais e as posições dos sujeitos, constituindo assim as relações de hegemonia e assimetria de poder”. A assimetria

discursiva afirma que não há igualdade de poder entre os participantes do discurso. Haverá sempre uma instância poderosa e outra não poderosa.

Isso ocorre porque o discurso do gênero cartilha é controlado e produzido por uma elite simbólica que possui liberdade e poder para controlar o conhecimento fornecido aos sujeitos ideológicos mediante uma seleção restritiva de assuntos através de reconstruções específicas das realidades sócio-política da sociedade a que se refere. Especificamente dentro do discurso das cartilhas, a hierarquia e o poder são exercidos diretamente por meio de comandos, ordens e instruções que os autores designam aos leitores.

Após estudarmos o gênero cartilha e as relações de poder que são não só mediadas, mas constituídas por esse gênero, abordaremos as Agências Reguladoras do Estado, que são as instâncias responsáveis pela produção das cartilhas estudadas neste trabalho.

4. As Agências Reguladoras do Estado

As cartilhas *institucionais*, que serão observadas neste trabalho, têm como instância de produção duas Agências Reguladoras do Estado, a ANVISA e a ANATEL. Por esse motivo, é importante entendermos o que são essas agências e quais são suas funções no espectro sociopolítico brasileiro.

As agências reguladoras do Estado são órgãos públicos que foram criados no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que ocorreu nos anos 90, como uma das resoluções do Plano Nacional de Desestatização. Esse plano estabeleceu que vários setores estratégicos da economia brasileira deveriam ser privatizados. E, com essas privatizações, o governo precisaria de órgão que fiscalizassem e regulamentassem os serviços públicos prestados pela iniciativa privada, como afirma Dias (2010):

[...] observa-se que o Estado neoliberal para atingir seu intento com as privatizações dos serviços públicos criou estes entes em regime especial justamente para lograr êxito em sua finalidade, isto é, garantir que as delegações dos serviços sejam realizadas e fiscalizadas

por entidades com autonomia financeira, administrativa e principalmente técnica, e também com uma relativa independência política em relação ao poder executivo. (DIAS, 2010, p.23).

As agências não só controlam a qualidade da prestação de serviços como também estabelecem regras para o setor que fiscaliza, objetivando sempre o interesse público. Nos dias atuais, contabilizam-se dez agências, sendo elas: (i) ANATEL: Agência Nacional de Telecomunicações; (ii) ANP: Agência Nacional do Petróleo; (iii) ANEEL: Agência Nacional de Energia Elétrica; (iv) ANS: Agência Nacional de Saúde Suplementar; (v) ANVISA: Agência Nacional de Vigilância Sanitária; (vi) ANA: Agência Nacional de Águas; (vii) ANCINE: Agência Nacional do Cinema; (viii) ANTAQ: Agência Nacional de Transportes Aquaviários; (ix) ANTT: Agência Nacional de Transportes Terrestres e (x) ANAC: Agência Nacional de Aviação Civil.

Como já dissemos, o *corpus* deste trabalho se compõe de duas cartilhas *institucionais*, sendo a primeira criada pela ANVISA e a segunda pela ANATEL. Considerando esse fato, vamos apresentar ambas as agências e explicitar os papéis desempenhados por elas na sociedade.

Criada em 1999, pela Lei nº 9.782, a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) objetiva, principalmente, fomentar a proteção da saúde da população brasileira, por meio do controle sanitário da produção e consumo de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária.

Criada em 1997, pela Lei nº 9.472, a ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) objetiva adotar medidas necessárias para atender os interesses da população e, também, para que haja um desenvolvimento no que diz respeito às telecomunicações brasileiras.

Informações sobre o corpus da pesquisa			
NOMENCLATURA	Cartilha	Autor	Características Gerais
C1	Guia de Bolso da Saúde do Viajante	Agência Nacional de Vigilância Sanitária	Esta cartilha foi criada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, em 2008. O principal objetivo desta cartilha é orientar o cidadão brasileiro acerca de como agir para proteger a sua saúde quando ele realizar viagens internacionais.
C2	Acessibilidade	Agência Nacional de Telecomunicações	Esta cartilha foi criada pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, em 2007. Esta cartilha é destinada a todo e qualquer indivíduo que possua relação de cliente com as empresas que fornecem serviços de telecomunicação em geral e que queira saber mais sobre seus direitos como consumidor.

Quadro 1- Informações sobre o corpus da pesquisa

Na próxima seção, procederemos a uma análise das duas cartilhas mencionadas, verificando em que medida procedimentos linguísticos empregados na elaboração das cartilhas (nominalização, apassivação, modalização e democratização discursiva) contribuem para a construção das relações de poder entre autor e leitor desses discursos.

5. Elementos linguísticos que reforçam a relação de poder nas cartilhas institucionais

As relações de poder presentes na cartilha *institucional* representam juízos de valor, crenças, valores defendidos por seu autor, a fim de propagar uma ideologia e fazer com que o leitor aceite o ponto

de vista do autor. Contudo, essas relações de poder também são expressas no contexto linguístico, ou seja, toda e qualquer coerção de poder presente nas cartilhas é ministrada por estratégias discursivas linguísticas e, por isso, podem também ser identificadas e descritas com o intuito de se descobrir como cada uma dessas estratégias contribui para a estabilidade do poder assimétrico entre autor e leitor de uma cartilha. Aqui, a explicitação dessas relações de poder será feita de modo mais específico, em um contexto micro. Assim poderemos ver com mais clareza como as relações de poder se valem dos mecanismos linguísticos para a construção de sentido no texto.

Mozdzinski (2006) selecionou quatro importantes estratégias discursivas de poder para fazer uma análise de cartilhas jurídicas. Entretanto, essas estratégias não se limitam apenas às cartilhas jurídicas, mas compreende todo o gênero cartilha em si. Por isso, as estratégias também se aplicam à nossa observação, mesmo que o *corpus* seja formado por cartilhas *institucionais*. Tais estratégias são denominadas: nominalização, apassivação, modalização e democratização discursiva¹²⁵.

5.1 Nominalização

Conforme Fairclough (2003), a nominalização consiste em transformar uma ação ou uma representação verbal em um substantivo, ou melhor, em um nome. Esta estratégia permite que o agente e/ou o paciente sejam apagados. O enunciado “o carro *atropelou* a moça na avenida principal”, pela nominalização, pode se transformar em: “houve o *atropelamento* de uma moça por um carro” ou “houve um *atropelamento* de uma moça na avenida principal” ou “houve um *atropelamento* na avenida principal”. No primeiro enunciado nominalizado, tanto o agente quanto o paciente estão explícitos; no segundo, apenas o paciente é explicitado. Já no terceiro, tanto o agente quanto o paciente estão ocultos da situação.

¹²⁵Tendo em vista a extensão das cartilhas do *corpus* e para que elas sejam descritas sob todas as estratégias, apresentaremos nas descrições somente alguns enunciados delas, aqueles que consideramos mais representativos das estratégias estudadas.

Nominalização
(1) <u>Recomendações</u> Gerais. (C1; p.12)
(2) Você encontrará <u>orientações</u> importantes. (C1; p.3)
(3) A Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa tem a <u>atribuição</u> de proteger a saúde do viajante em trânsito pelas áreas portuárias, aeroportuárias e de fronteiras. (C1; p.3)
(4) A <u>entrada</u> de qualquer medicamento em outros países poderá sofrer <u>fiscalização</u> sanitária. Portanto não esqueça a <u>prescrição</u> médica. (C1; p.7)
(5) As regras da Anatel para a telefonia fixa determinam que as concessionárias adaptem, mediante <u>solicitação</u> , em localidades com mais de 300 habitantes, pelo menos 2,5% dos orelhões para cada tipo de deficiência. (C2; p.2)
(6) O <u>aumento</u> do comprimento do cordão telefônico e a redução da altura do orelhão trazem mais conforto aos cadeirantes. (C2; p.5)
(7) E espere o <u>atendimento</u> . (C2; p.6)

Quadro 2- nominalização

Expressões nominalizadas podem ser utilizadas apenas por uma questão de economia linguística. O termo atendimento, no enunciado (7), é um exemplo do uso da nominalização como forma de evitar a repetição de informações que já foram proferidas. Neste caso, o termo nominalizado (atendimento) é utilizado para se referir à seguinte informação: “o *atendimento* especializado e prioritário que as prestadoras de telefonia fixa devem prestar às pessoas com deficiência”. Dessa forma, o autor não precisa, necessariamente, repetir toda a referência a respeito do atendimento às pessoas deficientes.

Há casos, entretanto, em que o uso de termos nominalizados representa uma estratégia discursiva. No enunciado (4), encontramos o termo fiscalização como exemplo da estratégia de nominalização. Percebemos o potencial dessa estratégia ao nos fazer a simples pergunta: “quem fará essa fiscalização?”. O importante é perceber que, independentemente de quem fará essa fiscalização, o aviso já foi dado ao leitor, ou seja, a ideia do autor se propagou sem que ele precisasse citar o agente da ação de fiscalizar. Nos enunciados (1) e (5), estão presentes as expressões recomendações e solicitação, respectivamente. No primeiro, o termo nominalizado acarreta na ofuscação do

agente. Sabemos disso, porque não é possível inferir quem é a entidade que possui a atribuição de recomendar algo ao leitor; no segundo, o termo nominalizado também contribui para o ocultamento das possíveis pessoas envolvidas no discurso. Sabemos que as concessionárias é que são responsáveis por receber as solicitações dos usuários de telefonia fixa, mas não são muito óbvias as instâncias que respondem pelas concessionárias, isto é, quem as representa. A partir desses exemplos, podemos reconhecer a relevância em se estudar a nominalização como estratégia discursiva no âmbito das cartilhas *institucionais*, já que esse mecanismo linguístico contribui significativamente para reforçar a noção de que existe uma instância poderosa (autor) a qual possui autonomia, até no discurso, para escolher a forma de se comunicar com a instância não poderosa (leitor). Além disso, fica claro que a nominalização pode contribuir para a preservação da imagem da própria agência reguladora ou, até mesmo, de empresas. Isso porque as agências reguladoras intermediam relações entre empresa e população.

5.2 A passivação

Consoante Fairclough (2003), a apassivação é um recurso linguístico que consiste em transformar uma oração que está em voz ativa para a voz passiva. Por meio desta estratégia, o autor da cartilha adquire certa autonomia e um grau bem elevado de autoridade quando diz algo, pois é ele o responsável por ditar quem deve ser ocultado no discurso. A apassivação, assim como a nominalização, possibilita que o autor elimine a causalidade da ação no enunciado.

Apassivação

- (8) Outras vacinas também poderão ser recomendadas. (C1; p.6)
- (9) Lembramos ainda que existem outros itens não permitidos na bagagem de mão. (C1; p8)
- (10) Onde será aplicada e registrada no Cartão Nacional de Vacinação, com o número do lote da vacina e o local em que foi realizada. (C1; p.5)
- (11) Por isso, devem ser aplicadas com a devida antecedência à viagem. (C1; p.6)

- (12) Para localizar os telefones públicos adaptados, em todo o Brasil. (C2; p.2)
(13) E, depois disso, não podem ser cobradas. (C2; p.3)
(14) Esse plano deve ser oferecido a preços razoáveis nas modalidades pré e pós-paga. (C2; p.3)

Quadro 3- apassivação.

Da mesma forma como acontece na nominalização, em alguns casos, expressões apassivadas não funcionam como uma estratégia discursiva de poder, mas apenas como um recurso linguístico de economia. Os termos (cobradas e recomendadas), presentes nos enunciados (13) e (8), respectivamente, são exemplos de economia linguística. O primeiro se refere à cobrança que as empresas de telefonia geralmente fazem aos usuários de seus serviços, mas por uma questão de objetividade, somente a utilização de cobradas já é suficiente para que o leitor consiga estabelecer uma relação de referência entre o termo apassivado e a informação à qual ele se reporta. Apesar do fato de que o agente e o paciente foram ocultados, esse termo apassivado não tem o objetivo de eliminar a responsabilidade de uma instância; o segundo se refere à possibilidade de o Ministério da Saúde recomendar outras doses de vacinas aos cidadãos brasileiros viajantes. Mais uma vez, o agente foi ofuscado, mas não pelo motivo de ter a sua responsabilidade. Afinal, ele é citado no parágrafo antes daquele em que o termo apassivado recomendadas está. O uso da apassivação, neste caso, também tem o objetivo de economia de informações.

Assim como na nominalização, se nós fizermos simples perguntas a partir dos enunciados que estão tabelados acima, descobrimos a função discursiva por detrás dos termos linguísticos. No enunciado (9), o termo apassivado é permitidos. Agora, se nos perguntarmos “quem é a entidade responsável por permitir ou proibir o que o indivíduo carrega em sua bagagem de mão?”, vamos chegar à conclusão de que o agente da situação está ocultado. O mesmo acontece no enunciado (10): os termos apassivados aplicadas, registradas e realizada não explicitam a entidade responsável por *aplicar* a vacina, por *registrar* no cartão de vacinas e por *realizar* a vacinação. Isso faz com que o próprio leitor assuma tais responsabilidades.

A partir das duas situações acima, somos capazes de perceber que os agentes foram apagados e, conseqüentemente, as responsabilidades que poderiam ser atribuídas a eles foram apagadas também. Não temos certeza acerca de quem é incumbido para realizar tal ocultamento. Mas podemos inferir que quem tem tanta autonomia para isso é o próprio autor do discurso da cartilha. À vista disso, podemos nos certificar sobre a pertinência da apassivação como estratégia discursiva no gênero cartilha *institucional*. Esse mecanismo linguístico se mostra como uma estratégia de grande importância na estabilidade das relações de poder presentes no gênero, na medida em que o autor (instância detentora de poder) pode utilizá-lo com a finalidade de ofuscar os agentes de uma determinada ação e, conseqüentemente, suas possíveis responsabilidades. E, por isso, assim como a nominalização, a apassivação contribui para a preservação da identidade da própria agência reguladora ou de empresas privadas.

5.3 Modalização

A modalização apresenta-se como um riquíssimo tópico a ser explorado em nossa pesquisa.

Consoante Castilho e Castilho (1993),

a gramática tradicional considera a sentença estruturada em dois componentes: o proposicional, formado por sujeito+predicado (*dictum*) e o componente modal, que se refere à qualificação do conteúdo da forma da proposição, conforme o julgamento do falante (*modus*). (CASTILHO, CASTILHO, 1993, p. 217).

Os autores defendem a tese de que a modalização é o ato do autor de atribuir qualidades ao seu discurso, de acordo com seu próprio juízo de valor. Essa estratégia discursiva nos permite observar diferentes graus de adesão do autor em relação ao seu próprio discurso. Melhor: descobrimos até onde o autor é fiel àquilo que ele diz ser legítimo e que deve ser aceito.

A modalização é caracterizada pela marcação de termos linguísticos que revelam diferentes graus de proximidade entre o autor e seu discurso. Esses elementos são denominados modalizadores. Os

modalizadores são marcas de subjetividade, engajamento/afastamento e adesão do autor deixa em seu texto.

De acordo com Koch (2011), os modalizadores

revelam o maior ou menor grau de engajamento do falante com relação ao conteúdo proposicional veiculado, apontam as conclusões para as quais os diversos enunciados podem servir de argumento, selecionam os encadeamentos capazes de continuá-los, dão vida, enfim, aos diversos personagens cujas vozes se fazem ouvir no interior de cada discurso. (KOCH, 2011, p. 133).

A autora reforça ainda mais o que falávamos sobre o objetivo dos modalizadores e ainda acrescenta um leque de informações características que são vinculadas aos modalizadores em geral.

Aqui, nos limitaremos aos modalizadores que se relacionam mais proximamente à função social do gênero cartilha. Os modalizadores que serão explorados nesta investigação exprimem (a) ordem (modalizadores deônticos); (b) pouco grau de certeza (modalizadores epistêmicos) e (c) muito grau de certeza (modalizadores categóricos).

5.3.1 Modalização deôntica

A modalização deôntica é a estratégia discursiva mais utilizada no gênero cartilha. Isso porque ela representa termos linguísticos de ordem, mandamentos. Geralmente, são verbos no modo imperativo: faça, seja, adote, aja, coma, vacine-se; e também, locuções verbais com os verbos ter e dever como auxiliares: deve estar, deve fazer, tem que fazer, tem que adotar (MOZDZENSKI, 2006).

Esses termos linguísticos reforçam a ideia de que há uma hierarquia entre uma instância que dita regras e outra que acata essas regras sem questioná-las, muito menos sem procrastiná-las.

Modalização deôntica
(15) <u>Consulte</u> seu médico para uma avaliação. (C1; p.4)
(16) Por isso, <u>devem ser</u> aplicadas com a devida antecedência à viagem. (C1; p.6)
(17) A prescrição <u>deverá possuir</u> o nome do passageiro. (C1; p.7)

(18) Assegure-se que o alimento esteja bem cozido, frito ou assado. (C1; p.9)

(19) Conheça seus direitos. (C2; p.1)

(20) As empresas devem oferecer créditos para celulares pré-pagos com validade de até 180 (cento e oitenta) dias e revalidar os expirados a partir da inserção de novos créditos. (C2; p.3)

(21) Mensagens de texto (SMS) não entregues em até 60 segundos devem ser reenviadas durante 24 horas. (C2; p.3)

(22) Esse plano deve ser oferecido a preços razoáveis nas modalidades pré e pós-paga. (C2; p.3)

Quadro 4- modalização deôntica.

De forma unânime, do enunciado (15) ao (22), os modalizadores (consulte, devem ser, deverá possuir, conheça, devem oferecer, devem revalidar, devem ser e deve ser) estabelecem a imposição de uma ordem a ser seguida. Em todos os enunciados da tabela acima, os modalizadores deônticos explicitam uma relação de poder entre aquele que manda e aquele que obedece. Dessa maneira, inferimos que a modalização deôntica é parte essencial para a construção da função social do gênero cartilha: ordenar, instruir, postular ações, etc.

5.3.2 Modalização epistêmica

Conforme Mozdzenski (2006), a modalização epistêmica expressa o escasso grau de certeza que o produtor do discurso possui ao articular os enunciados. Os termos linguísticos típicos nessa estratégia discursiva são os quase-asseverativos, isto é, termos que não representam um grau elevado de certeza. Geralmente, esses termos são (a) advérbios que exprimem noção de possibilidade, como: talvez, possivelmente, provavelmente, certamente; (b) locuções verbais com o verbo auxiliar poder no infinitivo ou conjugado no futuro do pretérito, como em: pode ser, pode acontecer, poderia estar, poderia pedir, etc.

Apesar de o sujeito poderoso não ter total certeza daquilo que diz, ele ainda consegue propagar sua ideologia, seus ideais e fazer

com que o sujeito não poderoso não perceba o teor de incerteza presente no discurso. Mais ainda: faz com que o sujeito não poderoso acate o discurso incerto e considere-o legítimo e imutável.

Modalização epistêmica
(23) Outras vacinas também <u>poderão ser</u> recomendadas. (C1; p.6)
(24) Moluscos e crustáceos <u>podem conter</u> toxinas que permanecem ativas mesmo após a cocção. (C1; p.9)
(25) A entrada de qualquer medicamento em outros países <u>poderá sofrer</u> fiscalização sanitária. (C1; p.7)
(26) Principalmente <u>caso possua</u> alguma doença pré-existente. (C1; p.4)
(27) O selo <u>pode estar</u> no produto ou no manual. (C2; p.4)

Quadro 5- modalização epistêmica.

Os modalizadores epistêmicos (poderão ser, podem conter, poderá sofrer, caso possua e pode estar), que estão presentes do enunciado (23) ao (27), explicitam o fato de que o autor não possui total certeza sobre aquilo que diz. Não é totalmente verdade que moluscos e crustáceos contêm toxinas prejudiciais ao ser humano; não é totalmente fato que a entrada de qualquer medicamento em outros países seja fiscalizada, pode ser que o viajante nem sequer passe por uma fiscalização; não é um fato absoluto que o selo de homologação da ANATEL esteja no produto ou no manual, pode ser que ele esteja em algum outro lugar. Esses exemplos confirmam que os modalizadores epistêmicos exprimem a noção de condição não totalmente segura, diferentemente da modalização categórica (que veremos no próximo item). Apesar dessa noção de incerteza que os modalizadores epistêmicos expressam, o autor cumpre seu papel de fazer com que o leitor considere as recomendações como sendo verdades absolutas.

5.3.3 Modalização categórica

Em conformidade com Mozdzenski (2006), a modalização categórica configura-se pela utilização de termos linguísticos que expres-

sam a ideia de legitimidade por meio do tempo verbal. Os modalizadores categóricos são verbos conjugados no tempo presente do indicativo. Assim, para assegurar ao leitor que aquilo que ele está lendo é legítimo e incontestável, o autor se sustenta em dois argumentos: o primeiro é que o verbo conjugado nesse tempo expressa verdades que são universais, imutáveis. Dessa forma o leitor não pode questionar ou criticar o que foi dito pelo autor; o segundo argumento é que o verbo conjugado nesse tempo cria uma realidade atual e não uma realidade passada ou uma realidade que ainda acontecerá. Isso reforça a aceitação e o convencimento do leitor perante a tudo o que for dito.

Modalização categórica
(28) O fluxo internacional de pessoas, bens e mercadorias <u>é</u> cada vez maior. (C1; p.3)
(29) A rinite alérgica <u>é</u> uma doença que se confunde com a gripe. (C1; p.11)
(30) Lembramos ainda que <u>existem</u> outros itens não permitidos na bagagem de mão. (C1; p.7)
(31) As doenças respiratórias mais comuns <u>são</u> as gripes e os resfriados. (C1; p.11)
(32) A Anatel <u>trabalha</u> em benefício da inclusão. (C2; p.1)
(33) Os usuários de telefonia <u>têm</u> direito à portabilidade numérica de fixo para fixo e de móvel para móvel. (C2; p.3)
(34) As regras da Anatel para a telefonia fixa <u>determinam</u> que as concessionárias adaptem, mediante solicitação, em localidades com mais de 300 habitantes, pelo menos 2,5% dos orlhões para cada tipo de deficiência. (C2; p.2)

Quadro 6- modalização categórica.

Percebemos que a modalização categórica é uma ferramenta linguística eficiente, porém sutil, quando observamos termos que, em uma abordagem superficial, passam despercebidos, mas que podem exercer influência no leitor. Do enunciado (28) ao (34), os termos modalizadores (é, existem, são, trabalha, têm e determinam) não expressam algo que já aconteceu, muito menos algo que acontecerá. Isso porque a função desses modalizadores categóricos é a de estabelecer uma verificabilidade do mundo, ou seja, expressar uma realidade atual no mundo factual. Isso serve para dar legitimidade ao discurso

que é proferido pelo autor da cartilha.

5.4 Democratização discursiva

Este recurso linguístico tem por objetivo a ofuscação de toda a assimetria de poder presente nos enunciados discursivos. Este recurso é uma importante estratégia para “disfarçar” a existência de uma realidade social distante entre o autor da cartilha e o leitor. Os mecanismos tipicamente recorrentes na democratização discursiva, segundo a proposta de Fairclough (2001) e que foi adaptada por Mozdzenski (2006), consistem em apagar: (i) as formas assimétricas de tratamento, como por exemplo: senhor, senhora; (ii) o vocabulário inacessível, sendo esse substituído por um vocabulário mais informal; (iii) termos que explicitem a assimetria de poder entre autor e leitor; (iv) os atos ilocutórios diretivos diretos, ou seja, termos que expressam ordem, autoridade.

Democratização discursiva
(36) <u>Você</u> encontrará orientações importantes. (C1; p.3)
(37) Para proteger a <u>sua</u> saúde. (C1; p.3)
(38) <u>Você</u> evita problemas na hora do embarque. (C1; p.8)
(39) Em caso de adoecimento durante a <u>sua</u> estadia. (C1; p.12)
(40) Conheça <u>seus</u> direitos. (C2; p.1)
(41) Pergunte à <u>sua</u> operadora sobre o plano alternativo de serviço. (C2; p.3)

Quadro 7- democratização discursiva.

Agora, em uma abordagem mais crítica, vamos entender, de fato, como funciona a democratização discursiva. Na C1, os enunciados (36), (37), (38) e (39) contêm, respectivamente, os pronomes você, sua, você e sua. Esses pronomes são termos linguísticos que funcionam para expressar a estratégia de democratização discursiva. O mesmo se aplica aos termos seus e sua, nos enunciados (40) e (41), respectivamente. O uso desses pronomes cria um diálogo direto entre o autor e o leitor, assim como em um bate-papo. Dessa forma, somos capazes de atestar a validade da democratização discursiva para a manutenção das relações de poder presentes em cartilhas *institucionais*. Essa estratégia linguística se mostra muito importante para a construção do sentido do texto, já que a utilização de um tom

O TUTELAMENTO SOCIOPOLÍTICO NAS CARTILHAS INSTITUCIONAIS: RELAÇÕES DE PODER E ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS

comunicativo mais informal, criado pela democratização discursiva, é fundamental para que o peso autoritário do discurso das cartilhas *institucionais* seja disfarçado.

Considerações Finais

A finalidade do presente trabalho foi a de apresentar o gênero cartilha *institucional*, explorar as relações de poder entre autor e leitor nesse gênero e investigar de quais estratégias discursivas o autor se vale para reforçar essas relações.

Tomando como ponto de partida as observações feitas ao longo desta pesquisa, foi possível apreender que tanto as relações de poder estabelecidas nesse gênero quanto as estratégias discursivas utilizadas para fortalecer ainda mais tais relações são fundamentais não somente para o processo de criação de sentido textual, mas também para a manutenção da função da cartilha *institucional* na sociedade.

Pode-se concluir, portanto, que todos os aspectos e vertentes desse gênero, acima analisados, são de extrema relevância não só na assimilação do conteúdo propagado pelas cartilhas, mas principalmente, na compreensão do intuito pelo qual ela fora disponibilizada, uma vez que sua finalidade principal, em primeira instância, configura-se como o de assegurar o interesse público.

ALMEIDA, M. E. G.; BRITO, D. M. de. O tutelamento sociopolítico nas cartilhas institucionais: relações de poder e estratégias discursivas. *Mosaico*. São José do Rio Preto, v. 17, n. 1, p. 438-457, 2018.

THE SOCIOPOLITICAL TUTELAGE IN THE INSTITUTIONAL PRIMERS: RELATIONS OF POWER AND DISCURSIVE STRATEGIES

ABSTRACT: This project aims to present the *institutional* prime genre and the paper it executes in the society. We are going to consider, in the sociohistorical scope, how the relations of power coined by the *institutional* prime work as a mechanism of tutelage and, in the linguistic spectrum, how the primes use some discursive strategies both to maintain the tutelage function in the social body and to form the text meaning itself.

KEYWORDS: institutional primer, linguistic elements, discursive strategies, relations of power.

Referências bibliográficas

- AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. *Acessibilidade*. 2007. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/Portal/verificaDocumentos/documentoVersionado.asp?numeroPublicacao=297016&documentoPath=297016.pdf&Pub=&URL=/Portal/verificaDocumentos/documento.asp>. Acesso em: 12 jan.2017.
- AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. *Guia de Bolso da Saúde do Viajante.*, 2008. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/sis-paf/pdf/guia_de_saude_do_viajante.pdf>. Acesso em: 12 jan.2017.
- CASTILHO, A. T.; CASTILHO, C. M. M. *Advérbios Modalizadores*. In: ILARI, R.: Gramática do português falado. São Paulo: Unicamp, 1993, p.213-260.
- DIAS, L. N. *O papel das agências reguladoras no Brasil*. Monografia (Bacharelado em Direito) – Centro Universitário Toledo. Presidente Prudente, 2010. 53p.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003. 270p.
- FAIRCLOUGH, N. *Critical discourse analysis: the critical study of language*. London: Longman, 1995. 608p.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001.316p.
- FAIRCLOUGH, N. *Language and power*. New York, Longman, 1989. 259p.
- GOMES, M. C. A. *A prática sócio-institucional do licenciamento ambiental: a tensão entre os gêneros discursivos, discursos e vozes*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003.
- IRIGARAY, H. A. R.; CUNHA, G. X.; HARTEN, B. A. *Missão organizacional: o que a análise crítica do discurso revela?* Cadernos EBAPE. BR, v. 14, 2016, p. 920-933.
- KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 2011. 240p.
- MENDES, M. *Nós, vocês e eles: a luta pela preservação dos indígenas na arena das cartilhas*. Revista Interamericana de Comunicação Midiática, Rio de Janeiro, v.14, n.27, p17-37, 2015.
- MOZDZENSKI, L. P. *A cartilha jurídica: aspectos sócio-históricos, discursivos e multimodais*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006.
- SWALES, J. *Genreanalysis: English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.274p